

Quorum já permite votar as medidas

O Congresso Nacional já alcançou o número suficiente de parlamentares para a votação das medidas provisórias. Ontem, estavam na Casa 268 deputados e 43 senadores, mas não houve votação. O presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), leu as medidas e apresentou ao plenário os membros das comissões mistas encarregadas de analisar os textos e remetê-los ao plenário. Hoje, o Congresso terá uma nova sessão, mas a expectativa é a de que não haja votação. Mesmo assim, quando Nelson anunciou o número de presentes — 20 deputados e cinco senadores mais que o necessário — foi seguido por uma salva de palmas.

As comissões mistas devem

começar a análise dos textos ainda hoje, com a nomeação dos relatores. O prazo das comissões termina dia 11 (no caso das medidas de privatização ou extinção do Lloyd Brasileiro, mensalidades escolares e Imposto Territorial Rural) e dia 18 para as medidas do salário e dos aluguéis.

A designação dos partidos que vão compor as comissões mistas irritou os parlamentares do PTB, que ficaram fora da listagem. Os deputados Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Sólon Borges (PTB-SP) foram os primeiros a reclamar com o senador Nelson Carneiro. Querem participar das comissões que vão analisar a Medida 288 — que autoriza o Governo a privatizar ou extinguir o Lloyd Brasileiro e que fixa nor-

mas para o reajuste das mensalidades escolares.

"Há muito tempo o PTB não participa de comissões de medidas provisórias. Há algo errado", afirmou Jefferson a Nelson Carneiro, que prometeu verificar o caso.

A discussão entre Nelson Carneiro e os membros da Mesa não foi a única na sessão de ontem. O vice líder do PT, deputado José Genoíno (SP), e o líder do Governo, deputado Humberto Souto (PFL-MG), quase brigaram por causa da medida dos salários. Genoíno dizia que a medida não poderia ser aceita, enquanto o Congresso não analisar os vetos ao projeto de conversão aprovado em dezembro. Souto defendia a votação da medida.